

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Zurich Brasil Companhia de Seguros

30 de junho de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório do Auditor Independente.

Conjuntura Econômica

Durante o primeiro semestre de 2024, a pressão inflacionária manteve-se persistente tanto no cenário global quanto no local, colocando os Bancos Centrais em uma posição de maior cautela na condução da política monetária. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo para uma maior percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram revisadas para cima. No primeiro semestre, o Banco Central deu continuidade aos cortes na taxa de juros, reduzindo-a de 11,75% para 10,50%. A expectativa é que a taxa se mantenha nesse nível até o final do ano, adotando uma postura mais conservadora diante de um ambiente econômico mais desafiador, caracterizado por um mercado de trabalho aquecido, atividade econômica resiliente e um ambiente externo mais adverso. Também é esperado um crescimento de 2,10% no PIB em 2024.

Contexto

A Zurich Brasil Companhia de Seguros, por se tratar de uma companhia em processo de “run-off” não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. A Companhia prevê que a produção seja descontinuada ao longo do 2º semestre 2024. Porém por ser uma Seguradora pertencente ao grupo Zurich Internacional, seguirá adotando todas as medidas de controles, riscos e compliance necessários.

Aplicações Financeiras

As aplicações em títulos de renda fixa atingiram no primeiro semestre de 2024 o montante de R\$ 30,125 milhões (R\$ 29,761 milhões em 31 de dezembro de 2023). Os ativos financeiros estão classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)” em atendimento à Circular SUSEP nº 678/22. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, no primeiro semestre em 2024 é de R\$ 4,787 milhões (R\$ 6,219 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou, no primeiro semestre de 2024, lucro líquido de R\$ 1,752 milhão em linha com o lucro líquido de R\$ 1,223 milhão apresentado no mesmo período de 2023.

O patrimônio líquido no primeiro semestre 2024 atingiu o valor de R\$ 32,027 milhões (R\$ 30,367 milhões em 31 de dezembro de 2023), o aumento está relacionado a diminuição dos prejuízos acumulados apresentado em 2024.

Controles Internos e Compliance

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo Risk Management e Compliance, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich.

A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, tem reporte direto ao Diretor Regional de Compliance do Grupo Zurich e indireto ao "Diretor de Controles Internos" em atendimento a Resolução CNSP 416/21.

Esta Unidade tem como responsabilidade fornecer diferentes visões para que as áreas gerenciem seus riscos de conformidade, fornecer uma visão independente, monitoramento e garantia, aconselhar e dar suporte à primeira linha na promoção da cultura ética e centrada no cliente da Zurich. Como parte da 2ª Linha de defesa, deve fornecer garantia à gestão e órgãos de governança relevantes que os riscos de compliance sejam adequadamente identificados e gerenciados.

Também promove treinamentos de Compliance aos colaboradores a fim de fortalecer a Cultura Ética e de conformidade na unidade de negócio.

Agradecimentos

A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

A Administração

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Brasil Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Zurich Brasil Companhia de Seguros (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Run-off das atividades

Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias, para o fato de a Seguradora estar em processo de run-off de suas atividades. Por conseguinte, a Seguradora poderá depender de eventual suporte de seu acionista para honrar eventuais compromissos e assumir potenciais direitos no futuro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.11 e 13, em 30 de junho de 2024, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, firmados pela Seguradora eram de R\$ 4.787 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.12. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Seguradora; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Balanço patrimonial
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		13.512	20.158
Disponível	5	613	754
Caixa e bancos		613	754
Aplicações	6	-	5.936
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.372	1.381
Prêmios a receber	7.a.b.c.	358	690
Operações com seguradoras	7.c.	985	655
Operações com resseguradoras		29	36
Outros créditos operacionais	8	118	114
Ativos de resseguro e retrocessão		76	127
Títulos e créditos a receber		11.036	11.742
Títulos e créditos a receber	9.a	6.902	6.702
Créditos tributários e previdenciários	9.b	4.115	5.027
Outros créditos		19	13
Outros valores e bens		194	-
Bens a venda		194	-
Despesas antecipadas		102	102
Custos de aquisição diferidos		1	2
Seguros		1	2
NÃO CIRCULANTE		31.268	24.954
Realizável a longo prazo		31.268	24.954
Aplicações	6	30.125	23.825
Títulos e créditos a receber		1.140	1.121
Créditos tributários e previdenciários	9.b	114	-
Depósitos judiciais e fiscais		1.026	1.008
Outros créditos operacionais	9.a	-	113
Custos de aquisição diferidos		3	8
Seguros		3	8
TOTAL DO ATIVO		44.780	45.113

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		11.060	12.708
Contas a pagar		1.837	3.704
Obrigações a pagar	10	354	584
Impostos e encargos sociais a recolher		672	696
Impostos e contribuições		811	2.424
Débitos de operações com seguros e resseguros		2.634	2.045
Prêmios a restituir		11	11
Operações com seguradoras		51	51
Operações com resseguradoras		6	-
Corretores de seguros e resseguros	11	2.258	1.673
Outros débitos operacionais	12	308	310
Depósitos de terceiros	13	1.808	754
Provisões técnicas - seguros	14.a	4.781	6.205
Danos		3.850	3.917
Pessoas		931	2.288
NÃO CIRCULANTE		1.693	2.038
Provisões técnicas - seguros	14.a	6	14
Danos		6	14
Outros débitos	18.d	1.687	2.024
Provisões judiciais		1.687	2.024
Patrimônio líquido	19.b	32.027	30.367
Capital social	19.a	147.028	147.028
Ajuste de avaliação patrimonial		(8)	(16)
Prejuízos acumulados		(114.993)	(116.645)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.780	45.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos		2.546	5.082
Varição das provisões técnicas		8	556
Prêmios ganhos	20.a	2.554	5.638
Sinistros ocorridos	20.b	1.284	(309)
Custos de aquisição	20.c	(1.085)	(2.621)
Outras receitas e despesas operacionais	20.d	(1.071)	(701)
Resultado com resseguro		(61)	29
Receita com resseguro		18	40
Despesa com resseguro		(46)	-
Outros resultados com resseguro		(33)	(11)
Despesas administrativas	20.e	(261)	(939)
Despesas com tributos	20.f	(387)	(487)
Resultado financeiro	20.g	1.578	1.281
Resultado operacional		2.551	1.891
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	1
Resultado antes dos impostos e participações		2.551	1.892
Imposto de Renda	16.a	(496)	(414)
Contribuição Social	16.a	(303)	(255)
Lucro Líquido do semestre		1.752	1.223
Quantidade de ações		646.061.551	646.061.551
Lucro líquido básico por ação – em R\$		0,0027	0,0019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro Líquido do semestre	<u>1.752</u>	<u>1.223</u>
Ajuste de avaliação patrimonial Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	8	674
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	(272)
Outros componentes do resultado abrangente do semestre	<u>8</u>	<u>402</u>
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>1.760</u></u>	<u><u>1.625</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de capital (em aprovação)</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros/ Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	207.028	(60.000)	(408)	(121.850)	24.770
Aumento/ Redução do capital em aprovação	(60.000)	60.000	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	402	-	402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.223	1.223
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	147.028	-	(6)	(120.627)	26.395
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(10)	-	(10)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.982	3.982
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2023	147.028	-	(16)	(116.645)	30.367
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	8	-	8
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.752	1.752
Impacto adoção Circular nº 678 – RVR investimento	-	-	-	(100)	(100)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	147.028	-	(8)	(114.993)	32.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	1.752	1.223
Ajustes para:		
Redução de Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	653	184
Variação no valor justo de propriedades para investimento	8	402
Outros ajustes	(100)	-
Variação das contas patrimoniais:		
Aplicações	(364)	(2.328)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(644)	(663)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	51	(34)
Créditos fiscais e previdenciários	1.444	2.144
Depósitos judiciais e fiscais	(18)	(24)
Custos de aquisição diferidos	6	392
Outros valores e bens	(194)	441
Outros ativos	(96)	5.371
Impostos e contribuições	(1.613)	(1.300)
Outras contas a pagar	(230)	(3.019)
Débitos de operações com seguros e resseguros	588	(3.875)
Depósitos de terceiros	1.054	246
Provisões técnicas - seguros	(1.432)	(798)
Outros passivos	(360)	(54)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	505	(1.692)
Imposto sobre o lucro – pago	(646)	(645)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(141)	(2.337)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(141)	(2.337)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	754	3.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	613	1.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Companhia de Seguros (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em todo o território nacional.

A Seguradora é controlada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 99,99% das ações ordinárias e Zurich Brasil Vida e Previdência S.A com 0,01% das ações ordinárias, que totalizam 646.061.551 ações. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A, possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., possui como único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Por se tratar de uma Seguradora em processo de “*run-off*” não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. A Companhia prevê que a produção seja descontinuada ao longo do 2º semestre 2024.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias as principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/22 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado, segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal.

2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora é o real.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos incluem, o caixa e os depósitos bancários da Seguradora.

2.4. Ativos financeiros

a) Classificação

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação desses ativos financeiros depende do modelo de negócio definido pela Seguradora. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo *valor justo por meio de outros resultados abrangentes*, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação--Continuação

ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Seguradora compreendem principalmente “Prêmios a receber” e “Operações de crédito com congêneres e resseguradoras.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

b) Reconhecimento e mensuração--Continuação

A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa, estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.
- As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.
- A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros--Continuação

i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação*

- A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros.

Para os ativos de cosseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito.

ii) *Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante o semestre de 2024, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos

2.6. Ativos e passivos relacionados a resseguro

A cessão de resseguro é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido.

2.8. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a impostos a compensar.

2.9. Provisões judiciais e ativos contingentes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores que estabelece a constituição de Provisões considerando o histórico de perdas: Ativos contingentes, Provisões judiciais, Provisões fiscais e previdenciárias.

2.10. Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999.

2.11. Provisões técnicas - seguros

A legislação vigente que institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras é a Resolução CNSP nº 432/21 e a Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP.

a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "pro rata die" para todos os ramos de seguros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões técnicas - seguros--Continuação

b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

- (i) *Processos administrativos* - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos.
- (ii) *Processos judiciais* - é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IGPM e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada.

c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros.

d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseado na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos, mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off*.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.11. Provisões técnicas — seguros—Continuação

e) Provisão de Sinistros Ocorridos, e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final.

f) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atuarial e constituída em consonância com as normas do CNSP. A metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de *Run-Off* (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes, mas que ainda não foram emitidas. A partir do comportamento histórico das emissões em atraso é calculado o valor da PPNG-RVNE.

g) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída quando é identificada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, conforme nota explicativa 2.12.

2.12. Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Objetivo e resultados obtidos

O teste de adequação do passivo é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.12. Teste de Adequação do Passivo (TAP)--Continuação

Objetivo e resultados obtidos--Continuação

Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer, optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade obtido através do Plano de Negócios da Seguradora para os próximos 3 anos, ou seja, uma sinistralidade esperada pela Administração. Nos casos em que a sinistralidade observada no último ano estiver mais “adequada” que a sinistralidade esperada, o atuário responsável pelo cálculo pode optar por utilizar a que melhor se adequar a experiência atual da Seguradora.

Sinistralidades

Patrimonial

13,58%

Em junho de 2024 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas.

2.13. Principais tributos

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 120 no semestre (R\$ 240 no exercício). A provisão para contribuição social sobre lucro foi constituída à alíquota de 15%. (CSLL).

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% para o IRPJ e 15% para CSLL. O imposto diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A Seguradora não constituiu créditos tributários no exercício de 2023 e semestre de 2024.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16. Principais políticas de reconhecimento de receitas e despesas operacionais

As receitas e despesas operacionais são apuradas pelo regime de competência e observando-se o critério "pro rata die".

- (a) As receitas de prêmios de seguros e seus correspondentes custos de aquisição são reconhecidos por ocasião das emissões das apólices, endossos e/ou faturas em valor proporcional ao decurso de prazo das vigências dos seguros;
- (b) As receitas e despesas de, respectivamente comissões e prêmios de resseguros decorrentes do repasse de responsabilidade são reconhecidos pelo regime de competência, considerando a data de aceite dos riscos por parte destes resseguradores, bem como o valor proporcional ao decurso de prazo das vigências;
- (c) As receitas e despesas dos riscos vigentes mas não emitidos são apurados e reconhecidos no resultado seguindo metodologia registrada em NTA - Nota Técnica Atuarial;
- (d) Os sinistros são reconhecidos como despesa na medida em que os informes das ocorrências são recepcionados pela Seguradora. Adicionalmente, o montante é complementado pela Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) de acordo com metodologia atuarial descrita na Nota 2.11 (e).
- (e) As receitas e despesas inerentes aos ativos financeiros são reconhecidos conforme descrito na Nota 2.4.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

CPC 50 “Contratos de Seguro”, emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos.

2.18. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante.

2.19. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022

A Circular SUSEP nº 678/2022 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP) com impactos na contabilização da provisão complementar de cobertura (PCC), bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, entre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/2022 no que diz respeito a redução ao valor recuperável (RVR) para os investimentos foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitido pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	CPC 38	CPC 48
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Disponível para Venda	VJORA

	<u>Total RVR</u>	<u>Efeito Patrimônio Líquido (*)</u>	<u>Efeito Resultado</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	<u>106</u>	<u>100</u>	<u>6</u>

(*) Refere-se ao efeito da adoção em 01/01/2024

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a empresa adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância.

A Seguradora utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações.

b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros

A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros--Continuação

A Seguradora segue as orientações do CPC 48 e Circular SUSEP 678/22 para determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Seguradora reconheceu redução ao valor recuperável dos ativos financeiros conforme apresentado na nota explicativa nr 2.19.

c) Provisões para contingências

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado Risk Management, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado Econômico-financeiro.

a) Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A Seguradora atua com ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de seguro.

Riscos de seguros ramos elementares

O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Resultados da análise de sensibilidade

Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

Análise de Sensibilidade	2024	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(4.052)	(4.052)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	24.182	23.876
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(44.928)	(44.928)
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas		
Redução de 5% na sinistralidade	4.052	4.052
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(24.538)	(24.229)
Redução de 5% nas despesas administrativas	44.928	44.928
Análise de Sensibilidade	2023	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(7.470)	(7.470)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	46.658	45.856
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(55.778)	(55.778)
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas		
Redução de 5% na sinistralidade	7.470	7.470
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(47.605)	(46.787)
Redução de 5% nas despesas administrativas	55.778	55.778

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

Total de prêmios emitidos por regiões geográficas

Linhas de negócios				30/06/2024
	Sudeste	Nordeste	Centro-oeste	Total
Compreensivo Residencial	144	-	-	144
Garantia Estendida / Extensão de Garantia - Bens em Geral	-	-	1	1
Riscos Diversos	-	89	-	89
Acidentes Pessoais	822	219	-	1.041
Eventos Aleatórios	768	98	3	869
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	104	118	-	222
Vida	120	-	60	180
Total em 30 de junho de 2024	1.958	524	64	2.546

Linhas de negócios						30/06/2023
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Compreensivo Residencial	439	-	-	-	-	439
Garantia Estendida	(3)	-	-	5	47	49
Riscos Diversos	(4)	17	256	-	-	269
Acidentes Pessoais	1.001	-	594	-	-	1.595
Eventos Aleatórios	1.114	-	192	-	34	1.340
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	266	-	239	-	-	505
Vida	296	15	-	-	574	885
Total em 30 de junho 2023 (i)	3.109	32	1.281	5	655	5.082

(i) Os valores acima não contemplam os saldos de RVNE, cosseguro aceito e cedido que somam um montante de (R\$ 220) em 30 de junho de 2024 e (R\$ 824) em 30 de junho de 2023

Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

i) *Exposições ao risco de crédito*

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

30/06/2024

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA	Sem Rating	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	-	613	613
Valor justo por meio do resultado	30.125	-	30.125
Títulos de renda fixa - públicos	30.125	-	30.125
Recebíveis	-	13.308	13.308
Títulos e Créditos a receber e Outros créditos	-	12.176	12.176
Outros créditos operacionais	-	118	118
Operações com seguradoras	-	985	985
Operações com resseguradoras	-	29	29
Exposição máxima ao risco de crédito	30.125	13.921	44.046

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

31/12/2023

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	BB-	Sem Rating	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	-	754	754
Valor justo por meio do resultado	29.761	-	29.761
Títulos de renda fixa - públicos	29.761	-	29.761
Recebíveis	-	13.668	13.668
Títulos e Créditos a receber e Outros créditos	-	12.750	12.750
Outros créditos operacionais	-	227	227
Operações com seguradoras	-	655	655
Operações com resseguradoras	-	36	36
Exposição máxima ao risco de crédito	29.761	14.422	44.183

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando

recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

i) *Gerenciamento de risco de liquidez*

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

ii) *Exposição ao risco de liquidez*

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

	30/06/2024				
	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Aplicações	-	-	-	30.125	30.125
Prêmios a receber de segurados	-	358	-	-	358
Operações com seguradoras	-	985	-	-	985
Operações com resseguradora	-	29	-	-	29
Outros créditos operacionais	-	118	-	-	118
Títulos e créditos a receber	-	11.036	1.140	-	12.176
Total do ativo	-	12.526	1.140	30.125	43.791

	31/12/2023				
	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Aplicações	-	5.936	-	23.825	29.761
Prêmios a receber de segurados	-	690	-	-	690
Operações com seguradoras	-	655	-	-	655
Operações com resseguradora	-	36	-	-	36
Outros créditos operacionais	-	114	114	-	228
Títulos e créditos a receber	-	11.742	-	-	11.742
Total do ativo	-	19.173	114	23.825	43.112

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

ii) *Exposição ao risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir demonstra a maturidade dos passivos de seguros da Seguradora.

	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Passivo					
Contas a pagar	-	1.837	-	-	1.837
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	2.634	-	-	2.634
Depósitos de terceiros	-	38	45	1.725	1.808
Provisões técnicas	-	4.781	6	-	4.787
Provisões judiciais	-	-	1.687	-	1.687
Total do passivo	-	9.290	1.738	1.725	12.753

	31/12/2023				
	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Passivo					
Contas a pagar	-	3.704	-	-	3.704
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	2.045	-	-	2.045
Depósitos de terceiros	-	381	65	308	754
Provisões técnicas	-	6.207	14	-	6.219
Provisões judiciais	-	-	2.024	-	2.024
Total do passivo	-	12.335	2.103	308	14.746

d) Risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora.

O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

- Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- Analisar a política de liquidez;
- Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas;
- Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	613	754
	613	754

6. Aplicações - circulante e não circulante

a) Composição

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

Descrição	Vencimento	Valor contábil	RVR	Ajuste ao Valor Justo	30/06/2024
					Valor de Curva
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 1 e 2 anos	6.305	(22)	1	6.284
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	de 5 anos acima	23.934	(84)	(9)	23.841
Total		30.239	(106)	(8)	30.125

Descrição	Vencimento	Valor contábil	RVR	Ajuste ao Valor Justo	31/12/2023
					Valor de Curva
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	até 1 ano	5.935	-	1	5.936
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	1.112	-	-	1.112
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	de 5 anos acima	22.730	-	(17)	22.713
Total		29.777	-	(16)	29.761

6. Aplicações - circulante e não circulante--Continuação

a) Composição--Continuação

A Seguradora não possui operações com derivativos nos semestres apresentados. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT) estão classificadas

como “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Os valores apresentados abaixo já encontram-se líquidos dos efeitos da redução ao valor recuperável, conforme previsto no IFRS9 e referendando pela Circular SUSEP nº678.

As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

						30/06/2024
Título	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01-02-2023	01-03-2029	0,18%	743	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	03-07-2023	01-03-2029	0,15%	23.098	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01-03-2024	01-09-2025	0,01%	6.284	
Total					30.125	

						31/12/2023
Título	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	30-11-2022	01-03-2024	0,00%	5.936	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	30-03-2020	01-03-2026	0,03%	1.112	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01-02-2023	01-03-2029	0,18%	708	
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	03-07-2023	01-03-2029	0,15%	22.005	
Total					29.761	

b) Estimativa do valor justo

A Seguradora mensura o valor justo com base nos seguintes níveis:

- Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

6. Aplicações - circulante e não circulante--Continuação

b) Estimativa do valor justo--Continuação

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora com suas respectivas classificações:

	30/06/2024	
	Nível 1	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	30.125	30.125
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	30.125	30.125
Total aplicações	30.125	30.125

	31/12/2023	
	Nível 1	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.761	29.761
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	29.761	29.761
Total aplicações	29.761	29.761

c) Movimentação das aplicações financeiras

Abaixo é apresentada a movimentação das aplicações financeiras durante o semestre.

Aplicações	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30/06/2024
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	29.761	5.996	(7.168)	1.528	8	30.125
Total	29.761	5.996	(7.168)	1.528	8	30.125

Aplicações	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	6.232	21.374	-	2.169	(14)	29.761
Tesouro Prefixado (LTN)	19.235	-	(20.500)	588	677	-
Total	25.467	21.374	(20.500)	2.757	663	29.761

6. Aplicações - circulante e não circulante--Continuação

d) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos financeiros	30/06/2024			
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Custo amortizado	%
Aplicações	30.125	100%	-	0%
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	-	1.372	17%
Títulos e créditos a receber (*)	-	-	6.921	83%
Total	30.125	100%	8.293	100%

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais

Passivos financeiros	30/06/2024			
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Custo amortizado	%
Contas a pagar	-	-	1.837	29%
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	-	2.634	42%
Depósitos de terceiros	-	-	1.808	29%
Total	-	-	6.279	100%

Ativos financeiros	31/12/2023			
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Aplicações	29.761	100%	-	0%
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	-	1.381	17%
Títulos e créditos a receber (*)	-	-	6.715	83%
Total	29.761	100%	8.210	100%

Passivos financeiros	31/12/2023			
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Contas a pagar	-	-	3.704	57%
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	-	2.045	31%
Depósitos de terceiros	-	-	754	12%
Total	-	-	6.503	100%

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais

7. Prêmios a receber

a) Prêmios a receber por ramos de seguros

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Vida em grupo	225	589
Demais ramos	133	101
Total	358	690

b) Movimentação de prêmios a receber

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do semestre	690	1.060
Emissões (*)	1.805	9.331
Cancelamentos e Restituições	(1)	(276)
Recebimentos	(1.597)	(9.325)
Constituição - RVNE	(539)	(100)
Saldo no final do semestre	358	690

(*) Saldo inclui IOF

c) Aging list de prêmios a receber de seguros e créditos de operações com seguradoras

	<u>30/06/2024</u>						
	<u>0 a 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 120 dias</u>	<u>121 a 180 dias</u>	<u>181 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
Total de prêmios a receber bruto	903	322	411	546	483	10.807	13.472
A vencer	396	-	-	-	-	-	396
Vencidos	507	322	411	546	483	10.807	13.076
Redução ao valor recuperável	-	-	(410)	(544)	(483)	(10.692)	(12.129)
A vencer	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos	-	-	(410)	(544)	(483)	(10.692)	(12.129)
Total de prêmios a receber (*)	903	322	1	2	-	115	1.343

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos são de R\$ 985 (em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 655)

7. Prêmios a receber--Continuação

- c) Aging list de prêmios a receber de seguros e créditos de operações com seguradoras--
Continuação

	31/12/2023						
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	1.085	143	227	241	359	10.448	12.503
A vencer	951	-	-	-	-	-	951
Vencidos	134	143	227	241	359	10.448	11.552
Redução ao valor recuperável	-	-	(226)	(241)	(357)	(10.334)	(11.158)
A vencer	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos	-	-	(226)	(241)	(357)	(10.334)	(11.158)
Total de prêmios a receber (*)	1.085	143	1	-	2	114	1.345

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos são de R\$616 (em 31 de dezembro de 2021 de R\$432)

- d) Movimentação da redução ao valor recuperável de prêmios

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do semestre	(11.158)	(10.571)
Aumento na provisão	(1.097)	(1.227)
Baixa na provisão	126	640
Saldo no final do semestre	(12.129)	(11.158)

8. Outros créditos operacionais

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos de sinistros a regularizar (*)	21	60
Direito de resgate capitalização	61	90
Restituição a regularizar	35	77
Recuperação de investimentos	5.207	5.207
Redução valor recuperável - outros créditos	(5.207)	(5.207)
Outros valores	1	-
	118	227

(*) Créditos de sinistros descontados do valor de repasse efetuados pelos estipulantes.

9. Títulos e créditos a receber e outros créditos

a) A tabela abaixo demonstra a composição dos títulos e créditos a receber

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber (*)	6.902	6.702
Outros créditos	19	13
Total	6.921	6.715

(*) Os valores referentes as recuperações com parceiros.

b) A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Impostos a compensar (IR e CS)	3.050	2.972
Impostos a compensar (PIS e Cofins)	533	406
Antecipação de impostos (IR e CS)	646	1.649
Total	4.229	5.027

c) A tabela abaixo demonstra a movimentação dos créditos tributários durante o semestre

Descrição	31/12/2023	Movimentação	30/06/2024
Impostos a compensar (IR e CS)	2.972	78	3.050
Impostos a compensar (PIS e Cofins)	406	127	533
Antecipação de impostos (IR e CS)	1.649	(1.003)	646
Total	5.027	(798)	4.229

“A Seguradora, por conta do histórico de prejuízos fiscais em períodos pretéritos e falta da expectativa de geração de lucros futuros não registra saldo de ativo fiscal diferido, seja sobre diferenças temporárias ou prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.”

10. Obrigações a pagar

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores	354	584
	354	584

11. Corretores de seguros e resseguros

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Descrição		
Comissões a pagar	2.054	1.459
Comissões s/ prêmios emitidos	1.197	887
RVR - Comissões s/ prêmios emitidos	(993)	(673)
	<u>2.258</u>	<u>1.673</u>

12. Outros débitos operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Descrição		
Agentes e correspondentes	4	-
Estipulantes de seguros	304	310
	<u>308</u>	<u>310</u>

13. Depósitos de terceiros

a) O saldo de depósitos de terceiros é composto conforme abaixo

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Descrição		
Cobrança antecipada de prêmios	1.808	754
	<u>1.808</u>	<u>754</u>

b) A seguir é apresentado o “aging” dos depósitos de terceiros

	<u>30/06/2024</u>						
Descrição	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	247	-	785	319	84	373	1.808
Total de prêmios Emolumentos	<u>247</u>	<u>-</u>	<u>785</u>	<u>319</u>	<u>84</u>	<u>373</u>	<u>1.808</u>

	<u>31/12/2023</u>						
Descrição	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	80	-	75	48	178	373	754
Total de prêmios Emolumentos	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>48</u>	<u>178</u>	<u>373</u>	<u>754</u>

14. Provisões técnicas - seguros

a) Saldos

A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

	30/06/2024				
	Provisão de Prêmios Não Ganho	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
<u>Ramos</u>					
Pessoas Individual	-	40	51	20	111
Patrimonial	6	79	48	39	172
Pessoas coletivo	-	550	224	126	900
Riscos financeiros	-	3.114	-	50	3.164
Outros	-	394	12	34	440
	6	4.177	335	269	4.787

14. Provisões técnicas - seguros—Continuação

a) Saldos ---Continuação

	31/12/2023				
	Provisão de Prêmios Não Ganho	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Ramos					
Pessoas Individual	-	123	135	41	299
Patrimonial	14	280	126	63	483
Pessoas coletivo	-	1.264	568	235	2.067
Riscos financeiros	-	2.908	-	50	2.958
Outros	-	366	5	41	412
	14	4.941	834	430	6.219

b) Movimentação

A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o semestre:

	Saldo em dezembro 31/12/2023	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em Junho 30/06/2024
Provisões Técnicas					
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	14	7	(15)	-	6
Provisão de sinistros a liquidar	4.941	1.532	(1.916)	(380)	4.177
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	834	335	(834)	-	335
Provisão de despesas relacionadas	430	367	(378)	(150)	269
	6.219	2.241	(3.143)	(530)	4.787

	Saldo em dezembro 31/12/2022	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em dezembro 31/12/2023
Provisões Técnicas					
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	794	22	(802)	-	14
Provisão de sinistros a liquidar	4.871	16.287	(15.530)	(687)	4.941
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	1.810	833	(1.809)	-	834
Provisão de despesas relacionadas	544	3.475	(3.011)	(578)	430
	8.019	20.617	(21.152)	(1.265)	6.219

14. Provisões técnicas - seguros—Continuação

c) Ativos garantidores das provisões técnicas

Foram vinculados para garantia das provisões técnicas os seguintes títulos e valores mobiliários:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
(+) Total das provisões técnicas	4.787	6.219
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(4)	(10)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	(31)	(82)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	(37)	(31)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	(9)	(14)
Provisões técnicas para garantia	4.706	6.082
Ativos vinculados		
Títulos Públicos	30.125	29.761
Total dos ativos vinculados	30.125	29.761
Suficiência	25.419	23.679

(i) Resolução CNSP 432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Seguradora apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

15. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Administrativos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro							
No Final do Período	353.941	80.648	16.840	7.333	2.402	321	178
Um ano depois	346.729	66.370	15.837	6.958	2.250	314	-
Dois anos depois	344.308	65.890	15.840	6.953	2.248	-	-
Três anos depois	344.380	65.901	15.837	6.952	-	-	-
Quatro anos depois	344.536	65.905	15.837	-	-	-	-
Cinco anos depois	344.555	65.613	-	-	-	-	-
Seis anos depois	344.637	-	-	-	-	-	-
Diferença Estimativa Inicial	(9.303)	(15.035)	(1.003)	(381)	(155)	(7)	-
Estimativa Acum.	344.637	65.613	15.837	6.952	2.248	314	178
Pagamentos Acum.	(344.635)	(65.613)	(15.837)	(6.952)	(2.246)	(312)	(173)
PSL	2	-	-	-	2	2	4

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Judicial	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro							
No Final do Período	27.500	1.345	512	941	123	92	104
Um ano depois	31.436	1.610	752	1.058	148	30	-
Dois anos depois	32.251	2.068	1.002	1.125	136	-	-
Três anos depois	33.144	2.056	934	1.098	-	-	-
Quatro anos depois	33.999	2.008	1.052	-	-	-	-
Cinco anos depois	34.658	2.094	-	-	-	-	-
Seis anos depois	35.107	-	-	-	-	-	-
Diferença Estimativa Inicial	7.607	749	541	158	13	-62	-
Estimativa Acum.	35.107	2.094	1.052	1.098	136	30	104
Pagamentos Acum.	(31.792)	(1.943)	(969)	(1.084)	(130)	-	(23)
PSL	3.315	150	83	14	6	30	81
IBNER							3.691
IBNR							485
Retrocessão							335
Provisões de Sinistros - Bruto de Resseguro							-
							4.511

15. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Administrativos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro							
No Final do Período	349.508	68.092	16.713	7.324	2.387	311	150
Um ano depois	341.492	57.722	15.713	6.950	2.234	305	-
Dois anos depois	339.066	57.258	15.703	6.944	2.231	-	-
Três anos depois	339.138	57.264	15.700	6.943	-	-	-
Quatro anos depois	339.294	57.268	15.700	-	-	-	-
Cinco anos depois	339.312	57.049	-	-	-	-	-
Seis anos depois	339.394	-	-	-	-	-	-
							-
Diferença Estimativa Inicial	(10.113)	(11.043)	(1.013)	(380)	(56)	(6)	-
Estimativa Acum.	339.394	57.049	15.700	6.943	2.231	305	150
Pagamentos Acum.	(339.392)	(57.049)	(15.700)	(6.943)	(2.229)	(303)	(147)
PSL	2	-	-	-	2	2	3

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Judicial	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro							
No Final do Período	27.117	1.341	505	941	123	78	104
Um ano depois	31.407	1.606	751	1.058	148	30	-
Dois anos depois	32.219	2.061	993	1.122	135	-	-
Três anos depois	32.867	2.045	924	1.098	-	-	-
Quatro anos depois	33.462	1.997	1.043	-	-	-	-
Cinco anos depois	34.104	2.083	-	-	-	-	-
Seis anos depois	34.554	-	-	-	-	-	-
Diferença Estimativa Inicial	7.437	743	537	158	11	-48	-
Estimativa Acum.	34.554	2.083	1.043	1.098	135	30	104
Pagamentos Acum.	(31.256)	(1.933)	(960)	(1.084)	(129)	-	(23)
PSL	3.298	150	83	14	6	30	81
							3.673
IBNER							472
IBNR							299
Retrocessão							-
Provisões de Sinistros - Líquido de Resseguro							4.444

16. Apuração do imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda

Descrição	Imposto de Renda e Contribuição Social	
	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes dos Impostos e Participações	2.551	1.891
Resultado antes dos Impostos	2.551	1.891
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(1.021)	(757)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(135)	(227)
Outros	10	20
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	347	295
Imposto de Renda e Contribuição Social	(799)	(669)

- (i) A Seguradora reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Em junho de 2024, a Seguradora possui R\$ 59.848 de créditos tributários não reconhecidos, sendo R\$ 56.233 referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, e R\$ 3.616 referentes às diferenças temporárias.

17. Sinistros judiciais

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

Provisão para sinistros a liquidar judicial - por período de vencimento

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	30/06/2024
			Líquido de Resseguro
Até 1 ano	25	85	85
1 a 3 anos	18	40	40
3 a 7 anos	73	397	386
Mais de 7 anos	27	3.168	2.462
Total	143	3.690	2.973

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	31/12/2023
			Líquido de Resseguro
Até 1 ano	7	72	72
1 a 3 anos	29	63	59
3 a 7 anos	68	313	295
Mais de 7 anos	16	2.875	2.875
Total	120	3.323	3.301

18. Contingências

As contingências totalizam R\$ 1.687 em 30 de junho 2024 e R\$ 2.024 em dezembro de 2023, são demonstradas abaixo:

a) Fiscais

A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados. Não existem ações classificados como remota e possível.

	30/06/2024				31/12/2023		
	Quantidade	Valor em risco	Valor contábil		Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Fiscais				Fiscais			
Provável	4	1.288	1.288	Provável	4	1.273	
Total	4	1.288	1.288	Total	4	1.273	

b) Trabalhistas

A Seguradora não possui para o semestre findo em 30 de junho de 2024 ações judiciais trabalhistas. Os montantes existentes em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados abaixo:

	31/12/2023		
	Quantidade	Valor em Risco	Valor Contábil
Trabalhista			
Provável	2	149	165
	2	149	165

c) Cíveis

Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais.

18. Contingências--Continuação

c) Cíveis--Continuação

A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	30/06/2024			<u>Cíveis</u>	31/12/2023		
	Quantidade	Valor em Risco	Valor Contábil		Quantidade	Valor em Risco	Valor Contábil
<u>Cíveis</u>							
Remota	15	17.640	-	Remota	28	10.256	-
Possível	48	36.273	-	Possível	54	863	-
Provável	37	258	399	Provável	70	416	586
	100	54.171	399		152	11.535	586

d) A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões durante o semestre

	30/06/2024				
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
<u>Fiscais</u>					
Valor do risco	1.273	-	-	15	1.288
Valor provisionado	1.273	-	-	15	1.288
<u>Trabalhista</u>					
Valor do risco	149	-	(149)	-	-
Valor provisionado	165	-	(165)	-	-
<u>Cíveis</u>					
Valor do risco	11.535	42.636	-	-	54.171
Valor provisionado	586	65	(252)	-	399
	31/12/2023				
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
<u>Fiscais</u>					
Valor do risco	1.241	-	-	32	1.273
Valor provisionado	1.241	-	-	32	1.273
<u>Trabalhista</u>					
Valor do risco	563	-	(414)	-	149
Valor provisionado	254	165	(254)	-	165
<u>Cíveis</u>					
Valor do risco	149.090	-	(137.555)	-	11.535
Valor provisionado	567	580	(561)	-	586

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no valor de R\$147.028 em junho de 2024, é representado por 646.061.551 ações ordinárias.

b) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data base de 2023 e 2022, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio líquido	32.027	30.367
Ajustes contábeis:	(102)	(102)
Despesas antecipadas	(102)	(102)
Ajustes	-	-
PLA Total	31.925	30.265
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	1.341	1.522
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.495	1.420
Capital adicional baseado no risco operacional	22	34
Capital adicional baseado no risco de mercado	950	930
Benefício da diversificação	(907)	(918)
Capital base de risco (b)	2.901	2.989
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)).	15.000	15.000
PLA de nível 1	31.925	30.265
Patrimônio líquido ajustado	31.925	30.265
Suficiência de capital	16.925	15.265

20. Detalhamento das principais contas de resultado

(a) Prêmios ganho

	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios diretos	2.767	4.454
Prêmios de cosseguros aceitos de congêneres	314	685
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(535)	(57)
Variação das Provisões Técnicas de Prêmio	8	556
Total	2.554	5.638

(b) Sinistros ocorridos

	30/06/2024	30/06/2023
Sinistros diretos e de cosseguro aceito	(293)	(177)
Serviços de assistência	(54)	(57)
Salvados	81	12
Ressarcimentos (a)	94	3
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (b)	1.448	311
Var. prov. de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	8	(401)
Total	1.284	(309)

(c) Custos de aquisição

	30/06/2024	30/06/2023
Comissões	(567)	(951)
Pró-labore	(512)	(1.278)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(6)	(392)
Total	(1.085)	(2.621)

(d) Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação ao valor recuperável	(621)	(173)
Despesas contingências cíveis	(141)	(161)
Despesas com administração de apólices e/ou contratos	(201)	(331)
Outras despesas com operações de seguros	(108)	(36)
Total despesas operacionais	(1.071)	(701)
Total	(1.071)	(701)

(e) Despesas Administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Pessoal próprio	100	(59)
Serviços de terceiros	(180)	(306)
Localização e manutenção	(138)	(158)
Comunicação	(23)	(60)
Outras despesas administrativas	(20)	(356)
Total	(261)	(939)

20. Detalhamento das principais contas de resultado--Continuação

(f) Despesas com tributos

	30/06/2024	30/06/2023
COFINS e PIS	(180)	(307)
Taxa de Fiscalização da SUSEP	(204)	(176)
Outros impostos municipais	(3)	(4)
Total	(387)	(487)

(g) Resultado financeiro

	30/06/2024	30/06/2023
Receita com aplicações renda fixa	1.528	1.251
Receita com atualização de depósitos judiciais	209	10
Atualização monetária	101	133
Encargos sobre saldos a pagar de operações de seguros (juros, atualização monetária e oscilação cambial)	(272)	(245)
Despesa com atualização de contingências passivas	(15)	(14)
RVR títulos de renda fixa	(6)	-
Outras receitas	33	146
Total	1.578	1.281

21. Partes relacionadas

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Ativo e Passivo	Ativo e Passivo	Receitas e Despesas	Receitas e Despesas
Zurich Brasil Capitalização S.A.	44	24	(34)	(80)
	44	24	(34)	(80)

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias

Diretores

Edson Luis Franco
Adriana Heideker
Fabio José Pereira Leme
Luis Henrique Meirelles Reis
Marcelo Carlos Alvalá
Marcio Benevides Xavier
Mariane Bottaro Berselli Marinho
Rodrigo Monteiro de Barros
Sven Feistel

CONTADOR

Neilton Pereira dos Santos
CRC - 1SP223651/O-2

ATUÁRIA

Fernanda Lores
MIBA 1740

**Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Companhia de Seguros
São Paulo (SP)**

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** (“Seguradora”), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu durante o primeiro semestre de 2024 em nove oportunidades.

A Companhia, considerado o grupo prudencial em que está enquadrada, optou por exercer, a partir de 24 de junho de 2022, a prerrogativa prevista no Art. 21, § 2º, da Resolução CNSP nº 416/2021, e, em decorrência desta prerrogativa, as atribuições do Comitê de Riscos foram incluídas nas atribuições do Comitê, providenciando-se as necessárias atualizações em seu Regimento Interno e sua aprovação pelo Conselho de Administração.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia,

descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Companhia de Seguros**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

Membros do Comitê de Auditoria

Benildo de Araújo Costa

Luiz Pereira de Souza

Fernando Antonio Sodré Faria